



# CLIPPING

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA

coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br - (91) 3205-3256 / 3274

3  
FEVEREIRO  
2016



Imposto de Renda adota novas regras. Página 6.

POLÍTICA

## Jatene expõe na Alepa avanços do Pará



Por duas horas, o governador **Simão Jatene** prestou contas e apresentou metas na reabertura da Assembleia Legislativa

### MELHORIAS

#### Governador faz balanço sobre os investimentos nos setores públicos

O governador do Estado do Pará, Simão Jatene, esteve na Assembleia Legislativa do Pará (Alepa), ontem pela manhã, onde cumpriu o preceito constitucional de prestar contas à sociedade dos atos do Executivo no ano passado e apresentar as metas para este ano. Para comprovar os avanços do Estado, ele comparou números, serviços e estatísticas entre 2011 e 2015.

Jatene esclareceu que optou por fazer paralelos a fim de que fosse possível que se entendesse "porque num ano de turbulências políticas, escalada inflacionária, recessão econômica, aumento do desemprego, crise generalizada, pessimismo e incertezas, foi possível realizar, mesmo num quadro tão difícil, evitando que tudo fosse pior".

O governo investiu R\$ 1,840 bilhão na área de saúde, o que corresponde a 13,66% da receita líquida estadual; acima da exigência constitucional que é de 12%. Também R\$ 2,3 bilhões, na área da educação básica, entre recursos provenientes do Tesouro Estadual, do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e de convênios. Os gastos com a segurança pública alcançaram R\$ 2,3 bilhões, em 2015.

Jatene observou uma contradição dramática no cenário nacional, a de que o povo brasileiro está mais pobre, e empobrecido torna-se mais dependente das esferas de governos, que, por sua vez, têm menos receitas para responder às demandas crescentes da sociedade. Em uma hora e 53 minutos, ele abordou os investimentos nas áreas de logística e infraestrutura, no Banco do Estado do Pará (Banpará) e ainda nos setores de segurança, educação, cultura, saúde e desenvolvimento social e econômico do Estado.

Ele citou pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) para exemplificar os esforços do Estado na busca da integração do território paraense. Ele afirmou que, em 2011, só 0,4% das rodovias no Pará receberam avaliação positiva, ou seja, bom ou ótimo. Entretanto, em 2015, as estradas avaliadas positivamente saltaram para 23,3%, "o que é algo nada desprezível, ainda que provavelmente alguém sem compromisso, a não ser com a velha política, possa tentar desfazer tal ganho se fixando no fato do número representar apenas ¼ das estradas", observou Jatene.

Por outro lado, defendeu ele, se forem separadas as avaliações das estradas estaduais, as chamadas PAs, e das rodovias federais (BRs), a pesquisa da CNT aponta que 42,5% das PAs foram consideradas ótimas ou boas, enquanto apenas 18% das BRs receberam essa avaliação.

CONTINUA...

"Nenhuma estrada estadual foi considerada péssima, enquanto 21,7% das rodovias federais tiveram essa negativa. Esses números não são do Estado, são da Confederação Nacional dos Transportes", frisou Jatene, citando que o Estado investiu fortemente em mais de mil quilômetros de rodovias estaduais com restauros ou até reconstruções, a exemplo da PA-150, uma das mais importantes rodovias do Pará, que integra as regiões sul e sudeste e o nordeste e a Região Metropolitana de Belém (RMB).

O governador falou da entrega da ponte do Moju e das pontes de Igarapé-Miri, no Baixo Tocantins; do rio Capim, no nordeste; e do rio Curuá, em Alenquer, no Baixo Amazonas, que somam quase 1.500 metros e mais de R\$ 300 milhões de investimentos.

No modal hidroviário, foram destaques os investimentos no Terminal Hidroviário de Belém, que já contabiliza cerca de 600 mil passageiros em mais de 1.500 viagens, bem como no Terminal de Itaituba. Outros terminais hidroviários serão criados no Estado dentro de "um programa que pretendemos levar em frente com a operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja autorização foi aprovada por esta Casa", disse Jatene.

A modernização e ampliação do Banpará também foram destaques. O banco saltou de 40 pontos de atendimento em 2011 para 92 (agências e postos de serviço). A rede hospitalar regional também foi ampliada. Há 12 anos, só havia um hospital público em Belém de alta complexidade. "Hoje temos em Ananindeua, Marabá, Santarém, Altamira, Redenção, Breves, Paragominas e Tailândia. E ainda nesse mandato, teremos os novos hospitais de Itaituba e Casta-

## **Estado driblou a crise econômica nacional e evitou "que tudo fosse pior"**

nal, sem falar na reconstrução de unidades como as de Abaetetuba e Barcarena, que apesar dos atropelos, esperamos concluir ainda este ano", garantiu o governador.

Na RMB, ele ainda enfatizou o funcionamento já agregado à rede pública da nova Santa Casa, do Jean Bitar e do Galileu, e mais recentemente, do Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, que assiste crianças e adolescentes, com 98 leitos, sendo 10 na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). "Estamos avançando em Icoaraci na construção do novo Abelardo Santos, com 280 leitos, que deverá ser concluído este ano", disse o chefe do Executivo.

Presidente da Alepa, o deputado Márcio Miranda (DEM) presidiu a sessão solene, cuja mesa de honra contou com as presenças do vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJE), desembargador Ricardo Nunes; do procurador-geral do Ministério Público Estadual (MPE), procurador Marcos Antônio Ferreira das Neves; do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) em exercício, conselheiro Sérgio Leão; do presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Luís Cunha, e ainda do segundo presidente da Mesa Diretora da Alepa, deputado Cássio Andrade (PSB). Também prestigiaram a cerimônia, deputados e secretários estaduais e outras autoridades.

## MAGAZINE

**bernardino santos**

bernardino@oliberal.com.br

**Meio ambiente**

O Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Estado vai entregar óleo de cozinha para a produção de sabão ecológico, fruto do projeto de extensão da Universidade Estácio de Sá e promover palestras e cursos para alunos e funcionários. Em contrapartida, a Estácio de Belém participará dos projetos do Núcleo Socioambiental do Tribunal, como o de aprendizagem com os egressos do sistema penitenciário em cooperativas de catadores.

## Escravo

O senador Paulo Rocha (PT) advertiu ontem na presença do Prêmio Nobel de 2014, Kailash Satyarthi, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que o Brasil corre o risco de perder "uma das melhores leis do mundo sobre trabalho escravo". O retrocesso reside, segundo Rocha, no projeto de lei que retira da definição de trabalho a condição de degradante e jornada exaustiva. Satyarthi liderou um movimento na Índia que libertou mais de 80 mil crianças da escravidão, o que rendeu a ele o Nobel da Paz.

## Derrota

O procurador-geral de Justiça do Pará, Marcos Antônio das Neves, sofreu segunda-feira nova derrota no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O plenário seguiu o voto do relator e negou provimento ao recurso interposto por André Ricardo Otoni Vieira, que é assessor, sócio, advogado e engenheiro de Neves. Com a decisão, o CNMP julgou definitivamente o processo da contratação irregular de Otoni e mandou desfazer o ato de nomeação ilegal. Agora, só resta aos inconformados recorrerem ao Supremo Tribunal Federal (STF).

## Onipresente

Além de mandar exonerar o assessor-sócio de Neves, o CNMP decidiu abrir investigação de controle de jornada de trabalho dos servidores do MP paraense. A medida se justificou depois da constatação de que Ricardo Otoni desmoralizou o controle de frequência com o fato de que abandonava o horário de expediente no MP para advogar, enquanto o ponto biométrico indicava que

## LINHA DIRETA

**Nem a TV amiga dos tucanos** perdoou e veiculou ontem denúncia sobre a falta de leite para crianças com intolerância à lactose. Apelidado de Zé Nero por uns e de Herodes por outros, Zenaldo se faz de morto. O TJE tem condenado a Sesma a prover o alimento vital.

**A omissão do prefeito foi justificada** de forma absurda pela Procuradoria do Município. Diz que a demora na entrega do leite é culpa da burocracia licitatória. "Menas" verdade: a Lei 8.666/93 permite dispensa de licitação para compras públicas em casos de urgência.

**A Guarda Municipal não está conseguindo** vigiar sequer o prédio da Prefeitura de Belém. Ladrões levaram os cabos externos de telefonia e deixou fora do ar os telefones fixos da Coordenadoria de Comunicação. Os serviços só deverão ser restabelecidos hoje à tarde.

# Pacientes recorrem à Justiça para garantir tratamento de saúde no Pará

Estado registrou mais de 5 mil processos ligados à saúde no ano de 2015.

Sesma explica que atendimento de casos demanda tempo.

Do GI PA

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) recebeu 5.150 processos relacionados à garantia de tratamentos de saúde no estado, durante o ano de 2015. Segundo o TJPA, 2.102 casos ainda não foram julgados. A coordenação que analisa reclamações e cobranças de pacientes na Secretaria de Saúde de Belém (Sesma) afirma que nem sempre é possível resolver o problema do paciente.

"Quando o medicamento não é padrão da secretaria, ou seja, não tem em estoque para atender a população, eu preciso adquiri-lo através de um processo licitatório, e eu tenho que respeitar as fases do processo, o que demanda tempo", explica Andréa Simioni, da Assessoria Jurídica da Sesma.

A professora Yara Pinheiro relata que enfrentou dificuldades quando descobriu que o filho Gabriel sofria de intolerância à lactose. Os médicos recomendaram um tipo especial de leite, mas cada lata custava R\$ 185 na época.

"No momento ele necessitava de onze latas de leite, então a gente dependia do poder público para que fosse fornecido, através do programa de alergia alimentar, essas latas de leite", conta Yara. "A sensação que a gente tem é de abandono", diz.

Yara procurou a prefeitura e passou a receber o leite, mas a entrega do produto atrasou e a mãe acionou o Ministério Público. "Era a única esperança para a gente, de que poderíamos receber novamente as latas de leite. Enquanto isso, contamos com a colaboração de amigos", relembra a professora.

A promotora Suely Catete, que atua na garantia de direitos dos cidadãos, conta que enviou 26 processos do tipo para a Justiça em 2015. "Para que o MP ingresse com uma ação, a gente precisa primeiro tentar resolver administrativamente. Isso daí vai demorar, no mínimo, em torno de dois ou três meses", explica a promotora.

---

# Justiça mantém prisão de acusados de integrar quadrilha no Pará

Organização criminosa atuava em vários municípios do estado.

Réus seriam responsáveis pelo armazenamento de drogas e logística.

Do G1 PA

A Justiça do Pará decidiu na última segunda-feira (1º) manter as prisões de um casal acusado de integrar uma organização criminosa. Os dois foram presos durante operação “Força Integrada de Repressão aos Soldados do Tráfico” (First), da Polícia Civil, que resultou no cumprimento de 64 mandados de prisão em Belém, Região Metropolitana e nordeste do estado, em outubro de 2015. Segundo o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), a organização criminosa atuaria em diversas práticas criminosas vinculadas ao tráfico de drogas, como homicídios, comércio ilegal de armas, ameaças e roubos, e teriam relação com outros grupos organizados.

Os réus seriam responsáveis pelo armazenamento de drogas e logística da organização. Os pedidos de habeas corpus foram negados por unanimidade considerando a "necessidade de garantia da ordem pública".

## **Assalto a banco**

As Câmaras Criminais também negaram o pedido de liberdade em habeas corpus ao acusado de crime de extorsão mediante sequestro, no município de Santana do Araguaia. Ele seria integrante de uma organização criminosa e teria sido identificado como um dos assaltantes envolvidos no roubo a uma agência bancária no município em julho de 2015, quando um grupo manteve refém a família de um gerente como forma de forçá-lo a liberar o dinheiro no banco.

---

# Polícia cumpre mandados judiciais em Abaetetuba

Quarta-Feira, 03/02/2016, 10:04:56 – Atualizado em 03/02/2016, 10:31:17 [Ver comentário\(s\)](#)A-A+

⊕

A Polícia Civil cumpre, desde a madrugada desta quarta-feira (3), 14 mandados de busca e apreensão e oito de condução coercitiva, em Abaetetuba e em Belém. A ação policial faz parte da operação policial denominada "Forte de Miriti", coordenada pela Delegacia de Defraudações Públicas, com objetivo de investigar possíveis práticas de desvio de recursos públicos relacionados ao repasse de valores da Previdência Social descontados em folha salarial de servidores públicos da Prefeitura de Abaetetuba.

As buscas e apreensões estão sendo realizadas na sede do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba (IPMA), nas sedes da Secretaria Municipal de Administração e na Prefeitura Municipal da cidade e ainda em casas de servidores públicos de Abaetetuba, localizadas nesse município e em Belém.

A Polícia Civil vai apresentar os resultados finais da operação e detalhes da investigação em uma coletiva de imprensa às 16 horas, na sede da Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), em Belém. A entrevista será presidida pelos delegados André Costa e Carlos Vieira, responsáveis pela operação.

O inquérito policial foi instaurado pelo delegado Carlos Vieira, titular da Delegacia de Defraudações Públicas, a partir de relatórios enviados pelo Ministério da Previdência Social que apontaram possível crime de apropriação indébita de valores referentes a descontos em folha salarial de servidores da Prefeitura de Abaetetuba não repassados ao órgão previdenciário. Entre as pessoas conduzidas para serem ouvidas estão servidores administrativos ligados à Prefeitura.

Todos os documentos apreendidos serão levados para a sede da Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO). Os depoimentos estão sendo realizados na sede da Superintendência da Polícia Civil em Abaetetuba. A operação conta com 50 policiais civis de Delegacias vinculadas à Diretoria de Polícia Especializada (DPE), da Superintendência de Abaetetuba e do Núcleo de Apoio à Investigação de Abaetetuba.

As informações são da Polícia Civil.

---

# Polícia cumpre mandados judiciais em Abaetetuba

🕒 Quarta-Feira, 03/02/2016, 10:04:56 - Atualizado em 03/02/2016, 10:31:17 [Ver comentário\(s\)](#)A-A+

🕒

A Polícia Civil cumpre, desde a madrugada desta quarta-feira (3), 14 mandados de busca e apreensão e oito de condução coercitiva, em Abaetetuba e em Belém. A ação policial faz parte da operação policial denominada "Forte de Miriti", coordenada pela Delegacia de Defraudações Públicas, com objetivo de investigar possíveis práticas de desvio de recursos públicos relacionados ao repasse de valores da Previdência Social descontados em folha salarial de servidores públicos da Prefeitura de Abaetetuba.

As buscas e apreensões estão sendo realizadas na sede do Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba (IPMA), nas sedes da Secretaria Municipal de Administração e na Prefeitura Municipal da cidade e ainda em casas de servidores públicos de Abaetetuba, localizadas nesse município e em Belém.

A Polícia Civil vai apresentar os resultados finais da operação e detalhes da investigação em uma coletiva de imprensa às 16 horas, na sede da Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO), em Belém. A entrevista será presidida pelos delegados André Costa e Carlos Vieira, responsáveis pela operação.

O inquérito policial foi instaurado pelo delegado Carlos Vieira, titular da Delegacia de Defraudações Públicas, a partir de relatórios enviados pelo Ministério da Previdência Social que apontaram possível crime de apropriação indébita de valores referentes a descontos em folha salarial de servidores da Prefeitura de Abaetetuba não repassados ao órgão previdenciário. Entre as pessoas conduzidas para serem ouvidas estão servidores administrativos ligados à Prefeitura.

Todos os documentos apreendidos serão levados para a sede da Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO). Os depoimentos estão sendo realizados na sede da Superintendência da Polícia Civil em Abaetetuba. A operação conta com 50 policiais civis de Delegacias vinculadas à Diretoria de Polícia Especializada (DPE), da Superintendência de Abaetetuba e do Núcleo de Apoio à Investigação de Abaetetuba.

As informações são da Polícia Civil.

---

# Suspeita de fraude leva policiais à Prefeitura de Abaetetuba

Operação já apreendeu documentos no local. Polícia acredita em desvio de recursos da previdência

---

Por: Redação ORM NewsEm 03 DE FEVEREIRO, 2016 - 09H52 –

## POLÍCIA

Policiais civis da DRCO (Divisão de Repressão ao Crime Organizado), da Polícia Civil, cumprem 14 mandados de busca e apreensão de documentos e oito de condução coercitiva na Prefeitura de Abaetetuba, nordeste paraense, no início da manhã desta quarta-feira (3). A operação 'Forte de Miriti' também é realizada em Belém na casa de servidores públicos do município de Abaetetuba. A suspeita é de desvio de recursos públicos relacionados ao repasse de valores da previdência social descontados em folha salarial de servidores da prefeitura.

Os investigadores colheram documentos e alguns servidores foram encaminhados para a delegacia de Abaetetuba para prestar esclarecimentos. O inquérito policial foi instaurado pelo delegado Carlos Vieira, titular da Delegacia de Defraudações Públicas, a partir de relatórios enviados pelo Ministério da Previdência Social que apontaram possível crime de apropriação indébita de valores referentes a descontos em folha salarial de servidores da prefeitura e não repasados ao órgão previdenciário.

Todo o material apreendido foi levado para a sede da Divisão de Repressão ao Crime Organizado (DRCO). A operação conta com 50 policiais civis.

## Inscrições para o 2º Fonape poderão ser feitas até o dia 18

02/02/2016 - 19h30

Interessados em participar do 2º Fórum Nacional de Alternativas Penais (Fonape), marcado para os dias 24 e 27 de fevereiro, em Salvador (BA), já podem se inscrever pelo Portal do Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)). O número de vagas é limitado e as inscrições vão até as 18 horas do dia 18 de fevereiro.

Durante o evento, que terá como tema “Audiência de Custódia e a Desconstrução da Cultura do Encarceramento em Massa”, serão discutidas e propostas políticas para o aprimoramento da atuação dos magistrados nas audiências de custódia e na aplicação das alternativas penais. A nova política nacional implantada pelo CNJ consiste na apresentação, a um juiz, de toda pessoa presa em flagrante ou por mandado de prisão no prazo máximo de 24 horas.

A segunda edição do Fórum é organizada pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF) do CNJ e é destinado a juízes, servidores do Poder Judiciário, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, além de advogados, gestores da área de Administração Penitenciária e membros de entidades civis relacionadas à questão prisional.

Juízes coordenadores dos respectivos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs) e os responsáveis pelas audiências de custódia em nível local também deverão ser indicados pelos Tribunais de Justiça estaduais e pelos Tribunais Regionais Federais para participarem do evento. Neste caso, o CNJ encaminhou ofícios aos tribunais, que deverão ser respondidos pelo e-mail [praticas2fonape@cnj.jus.br](mailto:praticas2fonape@cnj.jus.br) com os nomes dos juízes indicados e as boas práticas que serão apresentadas pelo tribunal.

**Programação** - A programação do evento, que será realizado na sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), inclui mesas redondas, apresentação de boas práticas, painéis e salas de discussão. Ao final, uma plenária deverá discutir e aprovar enunciados destinados a balizar a atuação dos magistrados nas audiências de custódia.

A abertura do 2º Fonape será no dia 24 de fevereiro às 20 horas, quando será apresentada uma conferência do presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Diretor-Fundador da Stanford Law School’s International Human Rights and Conflict Resolution Clinic, James Cavallaro. O tema da conferência será “O (mau) uso das prisões provisórias nas Américas: a importância de um diálogo com a CIDH”.

O destaque do segundo dia de evento será a apresentação, às 11h30, das boas práticas em alternativas penais inscritas pelos tribunais. No terceiro dia do Fórum, sexta-feira (26), serão apresentados ao longo do dia diversos painéis, que vão auxiliar os participantes na construção de novos parâmetros para a política judiciária de alternativas penais. Ao final do terceiro dia de evento, o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, irá debater o tema “Cultura do encarceramento e audiência de custódia”. A aprovação da Carta de Salvador, com as premissas para a construção de uma nova política nacional de alternativas penais para o Poder Judiciário, será na manhã de sábado (27), último dia do evento.

Clique [aqui](#) para acessar a programação completa do 2º Fonape.

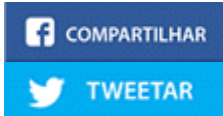
Clique [aqui](#) para fazer sua inscrição.

*Tatiane Freire*

*Agência CNJ de Notícias*

## Implantação da versão 2.0 do PJe deve ser concluída no 1º semestre de 2016

03/02/2016 - 09h13



Em sua primeira reunião do ano, realizada na terça-feira (02/02), a Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu, entre outros pontos, que a implantação da plataforma 2.0 do Processo Judicial Eletrônico (PJe) deve estar concluída ainda no primeiro semestre de 2016.

Entre os principais avanços trazidos pela nova plataforma do PJe estão a revisão de arquitetura, a unificação de versões, a revisão da usabilidade e o padrão de acessibilidade para pessoas com deficiência, assim como um modelo de desenvolvimento colaborativo.

Outro assunto discutido pela comissão, integrada por conselheiros do CNJ, foi o processo de consolidação e implantação definitiva do Escritório Digital, que estará acessível inicialmente apenas para os advogados, mas poderá ser acessado por qualquer usuário externo no futuro, segundo o presidente da comissão permanente, Gustavo Tadeu Alkmim. A previsão é que esse aprimoramento também seja concluído neste semestre.

**Plenário Virtual** - O conselheiro Alkmim anunciou ainda que o Plenário Virtual, por meio do qual o colegiado pode julgar procedimentos por via eletrônica, está sendo cada vez mais aperfeiçoado. Segundo ele, a ferramenta recebeu recentemente um novo formato para facilitar o acompanhamento dos julgamentos e de seus resultados pelo público em geral, com maior transparência.

Além do presidente da comissão, participaram da reunião os conselheiros Carlos Augusto Levenhagen, Bruno Ronchetti de Castro, Fernando Cesar de Mattos, Carlos Eduardo Oliveira Dias, Arnaldo Hossepian Júnior e Luiz Cláudio Silva Allemand. Estiveram presentes também o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Bráulio Gusmão, e o diretor do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do Conselho, Marcelo Lauriano.

*Jorge Vasconcellos*  
*Agência CNJ de Notícias*

---